



Revista Direito e Práxis

E-ISSN: 2179-8966

direitoepraxis@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro
Brasil

Maihofer, Andrea

O gênero como construção social - uma consideração intermediária

Revista Direito e Práxis, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 874-888

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350947688028>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O gênero como construção social – uma consideração intermediária

Andrea Maihofer

Professora de estudos de gênero e diretora do centro de estudos de gênero na Universidade de Basel, Suíça

Versão original: Maihofer, Andrea. Geschlecht als soziale Konstruktion – eine Zwischenbetrachtung. In: Helduser, Urte; Marx, Daniela; Paulitz Tanja; Pühl, Katharina (Orgs.). Under construction? Konstruktivistische Perspektiven in feministischer Theorie und Forschungspraxis, 2004, Frankfurt: Campus Verlag (pp. 33-43).

Tradução:

Kristina Hinz

Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI PUC-Rio)

Introdução

Em meu livro *Geschlecht als Existenzweise* (“O Gênero como Modo de Existência”) (1955) foi minha intenção mostrar, entre outras coisas, que o entendimento revelador sobre a construção social do gênero é acompanhado do perigo de um estreitamento teórico que teria como objeto de análise exclusivamente os processos de construção social e, com estes, a comprovação acerca de onde e, sobretudo, de como os gêneros vêm sendo construídos socialmente. Desta maneira, conforme minha tese, dois aspectos centrais da construção social vêm sendo negligenciados: por um lado, a análise dos “efeitos” dos processos sociais e da “materialidade” que estes vêm adquirindo; por outro, sua relação com o contexto social geral no qual esses processos acontecem respectivamente.

Em seguida, gostaria de começar novamente com a pergunta sobre como se dão os processos de construção social, no entanto, a partir de um ponto um pouco diferente: como o processo de construção social deve ser concebido concretamente? Com essas considerações, estou dando, se assim quiserem, mais uma vez um passo atrás, entrando na explicação teórica da construção de gênero. Isto também me parece relevante para responder às duas outras perguntas. Aqui, poderei, no entanto, apenas delinear considerações finais a respeito dessa temática. Refiro-me, sobretudo, às conceitualizações etnometodológicas de gênero como em *Doing gender* (Fazendo gênero), de Erving Goffmann. Essa linha de concepções (des)construtivistas, tal como a compreensão discursiva de gênero como “ato performático” segundo Judith Butler (1991), permanece dominante tanto no debate alemão sobre gênero, quanto no anglo-americano.

1. Gênero como fazendo gênero – mas como se coloca o fazendo em marcha?

A tese de que gênero é uma construção social, ou, como afirmam Ulrike Teubner e Angelika Wetterer, a ideia de “que estamos lidando, no que concerne ao pertencimento de gênero de pessoas ou ao sistema binário de

gênero como princípio de classificação e diferenciação, não com um dado da natureza, mas com o resultado de processos de construção social” (1999, p. 12), representa hoje, para muitos, uma obviedade. Insista-se que gênero e sexo não são constantes antropológicas, características essenciais ou entidades que pertencem invariavelmente ao ser humano enquanto natureza. Com isto, é efetuado um deslocamento paradigmático de perspectiva, abrindo um novo espaço teórico e empírico: gênero, diferença de gênero, corpo sexualizado, ‘masculinidade’, ‘feminidade’ e orientações sexuais devem agora ser explicados em termos históricos e socioculturais. Em geral, o horizonte para (outros) questionamentos possíveis amplia-se tremendamente: todos os aspectos de sociedade passam a ser vistos como momentos possíveis de construção e organização de gênero, como elementos que antecedem e constituem os arranjos de gênero. A meu ver, é tão somente a partir deste passo que a pesquisa de gênero tem início de fato. Assim, não considero o desenvolvimento em direção à pesquisa de gênero apenas como uma “diferenciação das pesquisas sobre a mulher” (2006, p. 36), como afirma Regina Becker-Schmidt. Trata-se, pelo contrário, de uma evolução paradigmática. Se antes o foco estava sobretudo ‘nas mulheres’, ‘nos homens’ (pesquisa sobre homens¹) e sua relação (pesquisa da relação entre gêneros), estamos lidando agora com um questionamento fundamental de gênero: por que gênero, afinal? De que maneira o gênero é constituído socioculturalmente de forma reiterada? Qual o significado de tantas sociedades se organizarem centralmente através do gênero – e, atualmente, através do sistema binário de gênero heterossexual? Observando detalhadamente, como isto ocorre? E quais são as consequências para a organização da sociedade, para a língua, para a arquitetura, para a ciência, para o pensar, para o corpo, e, não por último, para (a gênese d)os indivíduos? Essas são apenas algumas das perguntas centrais de hoje. No entanto, a evolução paradigmática apenas

¹ N.T.: Na Alemanha, a “pesquisa de homens” (*Männerforschung*) tem se estabelecido como um ramo interdisciplinar da pesquisa de gênero. Analogamente ao campo da pesquisa de mulheres, que se preocupa com a mulher e sua situação de vida, a pesquisa de homens investiga os conceitos de “homem” e “masculinidade”, através de uma abordagem multidisciplinar, que inclui explorações sociológicas, pedagógicas, psicológicas e históricas.

começa a se delinear, assim que é apenas possível conjecturar acerca das suas consequências produtivas (vide MAIHOFFER 2004 para mais detalhes).

Se antes os termos “categoria estrutural” (BECKER-SCHMIDT, 1991, p. 125) ou “indicador de lugar” (KNAPP, 1987, p. 292) foram característicos para a compreensão da relação entre os gêneros, entende-se gênero agora sobretudo como uma “categoria em transformação. Como mencionado anteriormente, as análises teóricas e empíricas se concentram, sobretudo, na pergunta acerca de como e em quais processos sociais individuais (situações cotidianas, na comunicação, na família, na esfera profissional etc.) tanto o gênero quanto a(s) diferença(s) de gênero vêm sendo produzidos e reproduzidos (e.o. WEST; ZIMMERMANN, 1991; HIRSCHAUER, 1993; WETTERER, 1993; HEINTZ; NADAI; FISCHER; UMMEL, 1997; LORBER, 1999; CONNELL, 1999). Interessantemente, permanece ainda muito difuso como os processos de construção social se dão. Gostaria de ilustrar isto brevemente com alguns exemplos.

Em seu ensaio inovador no qual conceitualizam gênero como fazendo gênero a partir de Goffman, Candace West e Don H. Zimmerman salientam que: “fazendo gênero envolve um complexo de atividades perceptuais, interacionais e micropolíticas que são socialmente guiadas, projetando buscas particulares como expressões de ‘naturezas’ masculinas e femininas” (1991, p. 14). Como fica claro em seguida, eles rejeitam com isto não apenas diferenças naturais, mas também diferenças de socialização de gênero como base para ação individual e organização social. Eles entendem gênero num sentido fundamentalmente anti-essencialista, pensando-o exclusivamente como algo que se ‘faz’, e não algo que alguém ‘é’, seja por condicionamento biológico ou pela socialização (WEST; ZIMMERMANN, 1991, p. 27). Eles então entendem as formas individuais de comportamento tidas como específicas do gênero sempre como efeitos reiteradamente evocados por interações sociais e não como expressão de identidades, propriedades ou competências divergentes em função do gênero, entre homens e mulheres. “Em vez de uma propriedade dos indivíduos, concebemos gênero como uma propriedade emergente das relações sociais” (idem, ibidem).

Judith Lorber, da mesma forma, não parte “do indivíduo e tampouco com as relações interpessoais”, “embora a construção e manutenção de gênero se manifestem nas identidades pessoais e na interação social” (1991, p. 41). Em vez disso, ela compreende gênero como

uma instituição que determina os padrões de expectativa dos indivíduos, que regula os processos sociais da vida cotidiana, que está integrada às formas mais importantes da organização de uma sociedade, ou seja, economia, ideologia, família e política, e que, além disso, constitui uma variável importante por si só. (Idem, ibidem)²

Essa priorização de aspectos estruturais sobre os aspectos subjetivos dos processos sociais é, sem dúvida, uma importante percepção anti-essencialista. No entanto, ela se torna problemática quando leva a uma rejeição categórica ou até a uma construção de tabu de aspectos subjetivos, como o desenvolvimento da socialização de características, competências ou práticas corporais específicas de gênero, conforme demonstrei em outro momento (MAIHOFFER, 2002).

Aqui, minha preocupação é com outro problema. Como West e Zimmerman acentuam com toda razão, o entendimento da construção social de gênero como fazendo gênero implica que gênero, identidade de gênero e ações de indivíduos que se dão em função do gênero, ou seja, modos de comportamento ‘masculinos’ e ‘femininos’, devem ser compreendidos agora como efeitos, cada um deles situacional, oriundo de interações sociais (vide HAGEMANN-WHITE, 1984; BILDEN, 1991). Isso significa, no entanto, que agora é preciso mostrar como interações sociais motivam as ações individuais que se dão em função do gênero, sem recorrer a características, competências ou estruturas psicológicas dos indivíduos previamente disponíveis – pois estas últimas são justamente excluídas por serem consideradas como uma explicação essencialista e problemática. É deste modo que Angelika Wetterer rejeita uma justificativa psicológica para explicar o fenômeno de que homens demonstrariam um interesse maior pela genderização de profissões, e de fato

²

N.T.: Tradução minha.

para uma manutenção das diferenças de gênero, do que as mulheres. A “referência para lógica de ação, inerente a cada interação” seria suficiente, segundo ela, “para poder explicar este conjunto de circunstâncias” (WETTERER, 1993, p. 102). Já que ela teria mostrado que a construção de diferenças de gênero serve para legitimar diferenças de status, para o “gênero superior” faria sem dúvida sentido, conforme Wetterer, insistir nas diferenças de gênero para a manutenção do seu status de superioridade, enquanto para as mulheres e sua busca para obtenção de status seria igualmente sensato procurar neutralizar essas diferenças de gênero. O nível de explicação para a produção de diferença(s) de gênero e o correspondente comportamento específico de gênero se referem explicitamente não ao indivíduo, mas à lógica de ação inerente a cada interação, i.e. aqui à manutenção da ordem de gênero patriarcal. Ela (a lógica de ação), não o indivíduo, motiva o fazendo gênero e põe o processo de construção de gênero em movimento. Mas como devemos entender esses mecanismos ou lógicas inerentes às interações? A manutenção da hierarquia patriarcal me parece mais como uma espécie de ‘interesse’, ou pelo menos como um efeito tardio das interações, do que uma lógica inerente às mesmas. Em outras palavras: é necessário evidenciar novamente de qual maneira e com ajuda de quais mecanismos as interações sociais colocam o fazendo gênero em marcha. Como é que situações e interações sociais produzem gênero, ou melhor, comportamento diferenciado por gênero, sem recorrer a propriedades específicas do gênero dos indivíduos? - A resposta mais plausível e também mais prática me parece ser dada por Erwing Goffman. Gostaria de demonstrar isso através de uma releitura breve de suas considerações no ensaio *The arrangement between the sexes* (O arranjo entre os sexos) (1994).

2. “Genderismos institucionais” (E. Goffman)

a) O ponto de partida das considerações de Goffman é a pergunta acerca de como é possível que diferenças biológicas tão mínimas entre os sexos sejam consideradas, pela maior parte das pessoas, como suficientes para explicar as

grandes desigualdades sociais entre os gêneros e, de uma maneira geral, para explicar as ordens e organizações de gênero altamente complexas das sociedades modernas ocidentais. No entanto, sua preocupação não é fornecer uma explicação causal disto – um porquê – senão investigar como isto acontece diariamente. No contexto da sua compreensão interacionista da reprodução de ordens sociais, Goffman procura mostrar como os processos sociais, principalmente as interações face a face entre indivíduos, são concebidos e quais requisitos eles devem preencher para que neles a(s) diferença(s) de gênero assim como os arranjos de gênero e as ordens de gênero sejam reiteradamente concebidas, produzidas e modificadas. Seu interesse analítico é centrado, sobretudo, nas práticas de repetição, reprodução e salvaguarda da(s) ordem(s) de gênero em questão, e menos na sua transformação. De acordo com Goffman, é preciso “um pacote abrangente e fechado de crenças sociais e práticas” (GOFFMAN, 1994, p. 106) para que as pessoas considerem como plausível ou até evidente que as diferenças ‘naturais’ entre os sexos representem a origem das diferenças sociais existentes entre os gêneros (formas de comportamento específicas de gênero, divisão de trabalho, etc.). O gênero funciona aqui como “base de um código central segundo o qual as interações e estruturas sociais são construídas; um código que também molda decisivamente as concepções que cada um desenvolve da substância da sua natureza humana” (GOFFMAN, 1994, p. 105). Os indivíduos aprendem desde muito novos a ‘interpretar’ o próprio gênero da maneira mais persuasiva, e a ‘identificar’ seu ‘pertencimento de gênero’ distinguindo-o de outros o mais rápido e de forma mais segura possível. As situações sociais, por sua vez, são, ao mesmo tempo, organizadas de modo a proporcionar aos indivíduos os meios necessários para isto. Elas, de fato, sugerem os modos de comportamento que competem a cada gênero. E é justamente nisso que encontramos o ponto principal de Goffman acerca da conceitualização de gênero como construção social: situações sociais contêm, segundo ele, mecanismos e estruturas que fazem com que os indivíduos ajam reiteradamente em função específica do seu gênero, permitindo, com isto, o surgimento contínuo a novas diferenças de gênero. Além dos mecanismos específicos às situações, são significativos sobretudo aqueles mecanismos e

estruturas que são constitutivamente associados a determinados processos de interação ritualizados ou a instituições sociais, representando assim 'invocações institucionalizadas para a ação'. Goffman os denomina 'genderismos institucionalizados' (GOFFMAN, 1994, p. 114). Para ele, estes incluem, entre outros, a divisão dos banheiros em conformidade com o gênero institucionalizada nas sociedades ocidentais, a segregação do mercado do trabalho em função do gênero, assim como a maneira tradicional da escolha do parceiro, implicando em constelações de cônjuges quase sempre iguais (homem mais alto e mais velho com mulher mais baixa e mais jovem). Com essa escolha, assim argumenta Goffman, mulheres e homens criam a melhor base para demonstrarem mutuamente, de maneira eficiente e convincente, sua 'natureza' supostamente diferente (GOFFMAN, 1994, p. 143). Outro exemplo é a configuração arquitetônica de pátios das escolas: tanto quanto no caso dos avisos nos banheiros, o campo de futebol no meio do pátio e as barras de exercício posicionadas às margens são associados por todos os envolvidos a instruções concretas de ação diferenciados por gênero. Desta maneira, os meninos não poderiam ter outra atitude que não preencher a praça com suas partidas barulhentas de futebol, nas quais estão em jogo o combate, a competição, o cansaço corporal, o risco, o espírito de equipe, ou seja, a dominação, enquanto quase não se ouvem as meninas às margens, uma depois de outra apresentando com muita habilidade as acrobacias mais maravilhosas na barra, ou conversando com as amigas. A 'arquitetura' dos pátios escolares, especificada em função do gênero, evoca um repertório altamente complexo e multifacetado de sinais genderizados, instruções de ação, inovações e avaliações. Com isto, o fazendo gênero é posto em movimento diariamente nas meninas e nos meninos, diferenciado em função do seu gênero, praticando, reproduzindo e consolidando um habitus genderizado, que se manifesta permanentemente nas formas corporais, intelectuais e emocionais.

Esses 'genderismos institucionalizados' representam, ao meu ver, um bom exemplo dos mecanismos mencionados acima, que colocam o fazendo gênero em marcha respectivamente, sem a necessidade de pressupor propriedades específicas do gênero dos indivíduos. Pelo contrário, eles

permitem compreender como os comportamentos, práticas corporais e competências específicas de gênero surgem cada vez de novo – induzidos através de determinados mecanismos em meio às situações sociais.

b) Com estes “genderismos institucionalizados” as diferenças de gênero não são apenas (re)produzidas e consolidadas diariamente, mas também, ao mesmo tempo, – e isso é outro ponto importante nas elaborações de Goffman – naturalizadas.

O comportamento diferenciado por gênero aparece consequentemente para todos os envolvidos como expressão da ‘diferença’ de gênero natural entre mulheres e homens, em vez de ser considerado como resultado de processos sociais. Essa circularidade de interações sociais é denominada por Goffman “reflexividade institucional” (GOFFMAN, 1994). A crença na ‘naturalidade’ das diferenças de gênero é produzida nas práticas sociais; e vem afirmando reiteradamente que as diferenças ‘naturais’ de gênero seriam a origem para o comportamento específico em função de gênero de mulheres e homens, bem como para os respectivos arranjos e ordens de gênero. O conhecimento sobre a construção social e processual de gênero está sendo ‘engolido’ do mesmo modo. E é assim que para Goffman “o gênero, e não a religião, representa o ópio do povo” (GOFFMAN, 1994, p. 131).

Diferente de Wetterer (2003, p. 293), eu parto da presunção de que o mecanismo da “reflexividade institucional”, como descrito por Goffman, se aplica até hoje. As pessoas certamente acreditam na naturalidade das diferenças de gênero e que as diferenças sociais dos gêneros se justificam a partir delas – apenas o pensamento sociobiológico amplamente difundido já apoiaria essa tese. Mas Wetterer toca, com sua tese da “modernização retórica” (2003, p. 286), em um ponto muito importante. É certo que o “conhecimento de diferença do mundo cotidiano”, ou seja, aquilo que as pessoas sabem atualmente sobre a “diferença dos gêneros e a importância social da diferença de gênero, sobre a ordem de gênero e a relação entre os gêneros” (WETTERER, 2003, p. 289), está, entretanto, fortemente marcado por ideias de “igualdade, equiparação de direitos e parceria” (2003, p. 259). E certamente, a crença na naturalidade das diferenças de gênero não permanece mais como inquebrantável. Na minha opinião, isso leva atualmente

(ainda) a uma justaposição de diferentes conceitos no pensamento sobre os gêneros (e isso precisamente através de todas as esferas sociais, ainda que o peso seja diferente em cada esfera), e menos ao predomínio de conceitos igualitários de gênero, como Wetterer parece presumir. Assim, as mesmas pessoas afirmam hoje, com plena convicção e muitas vezes de um só fôlego: não, não existem diferenças entre os gêneros, e se houver, elas são condicionadas socialmente. Mas na próxima frase, as mesmas pessoas fazem referência a um artigo sobre as diferenças naturais entre os gêneros no cérebro, conferindo aos homens habilidades matemáticas e às mulheres, linguísticas. Alguns até consideram isto uma contradição no próprio pensamento, mas para outros não há nenhum problema de coerência. Ainda há os que falam abertamente – bem no sentido da modernização retórica (WETTERER) – apenas da igualdade de gêneros enquanto a ideia que têm da sua desigualdade a evidência mais latente; e ainda, para outros, é exatamente o oposto. Enquanto para Wetterer o paradoxo social contemporâneo se encontra sobretudo na divergência imensa entre conhecimento de diferença do mundo cotidiano e a prática social realmente vivida (WETTERER 2003: 290), eu vejo o paradoxo mais numa justaposição simultânea de diferentes conceitualizações e normas de gênero no pensamento bem como de diferentes práticas cotidianas dos indivíduos (para mais detalhes, vide KÖNIG; MAIHOFFER, 2004). Essas avaliações implicam um quadro reiteradamente diferente das relações sociais como um todo, e assim também em diferentes focos de pesquisa, tendo como comum o reconhecimento do paradoxo fundamental dos processos atuais nas relações de gênero (WETTERER, 2003, p. 288).

c) A partir desse pano de fundo, é possível agora também determinar com um pouco mais precisão as interseções e diferenças entre a compreensão de gênero como fazendo gênero e como “ato performático” (BUTLER, 1991), ao menos no que concerne à sua aproximação com a pergunta sobre o como no contexto dos processos sociais de construção de gênero. Isto sim é importante por causa da tendência crescente, ainda que menos presente na pesquisa do que no uso cotidiano acadêmico (por exemplo entre estudantes), de tratar como sinônimos ambas conceitualizações de gênero. Com isso, no

entanto, perdem-se diferenças importantes e complementações mutuamente produtivas. Sem dúvida, ambas as abordagens partem do entendimento de gênero como feito, compreendendo-o tanto como uma ‘ação’ de indivíduos (representação, encenação, performatividade) quanto como uma ‘produção’ em processos sociais e socioculturais. Igualmente, a repetição e ritmização representa um momento central para ambas as abordagens. Uma diferença fundamental, no entanto, se encontra no diferente foco das respectivas análises: No que concerne à primeira, o objeto de análise são as interações sociais, ou seja, os mecanismos e estruturas de interação. A última coloca os discursos científicos, jurídicos e literários, e sobretudo, as normas (de gênero) construídas por estes, no centro de análise. Outra importância significativa é como as ações, o feito, são capturadas, ou melhor ainda, são motivadas, iniciadas e mantidas em movimento. Enquanto na primeira abordagem mencionada, a dinâmica dos processos de construção social está sendo colocada em operação através de interações, ou mais precisamente, através de mecanismos embutidos nas interações sociais, ela é suscitada, no caso da última abordagem, pelas normas de gênero e sua impactante prática de inovação. Isso não elimina a possibilidade de que normas, no caso da primeira abordagem, e mecanismos e estruturas de interação, no caso da segunda, possam assumir um papel significativo. Mas a prioridade é outra. Surgem respectivamente com maior ênfase processos de ação e práticas corporais, no primeiro caso, e processos de subjetivação e constituição de gênero, no segundo. Desta maneira, ambas as abordagens focam respectivamente em aspectos diferentes, porém igualmente importantes para os processos de construção social de gênero e sexualidade. Para a tentativa de uma análise totalizante dos processos sociais de genderização, ambas as abordagens representam complementações mutuamente significativas, que deveriam ser elaboradas continuamente no seu potencial de análise e explicação.

d) Além do como dos processos de construção social, Goffman também leva em consideração os “efeitos” dos processos sociais de genderização ‘nos’ indivíduos – diferente da compreensão atualmente predominante de fazendo gênero, como mostrei. Sua concepção dos “genderismos individuais” (GOFFMAN, 1994, p. 113) ou dos “modos de

comportamento individuais pertinentes a gênero e classe” (idem, ibidem), parte então do pressuposto que a reprodução e prática contínua de modos de representação e de comportamento diferenciados em função do gênero, assim como dos diferentes modos de identificação e classificação, implica, com o passar do tempo, práticas corporais, estruturas psicológicas e maneiras de categorização diferentes entre os indivíduos. Com isto, ele aponta – de forma similar às minhas intenções com o conceito de modo de existência – para o fato de que gênero não pode mais ser compreendido como um ser anterior, um ‘modo de essência’, mas sim como um ‘modo do ser’ ou um ‘modo de existência’. Isto também significa que existe, para ele, uma ‘força ontoformática’ (KOSÍK, 1970) das práticas sociais. Através da repetição contínua de modos de ação sempre iguais, constituem-se com o tempo e posteriormente ao feito um ‘perpetrador, ou seja, práticas sociais nos indivíduos tornam-se realidade material, como modos de comportamento, práticas corporais, maneiras de pensar e formas de habitus genderizado. Estes são levados pelos indivíduos para o seio das suas interações, evocando novamente a forma de comportamento (diferenciada em função do gênero) de outros (vide também MAIHOFFER, 2002). Com Goffman, fica então claro que indivíduos genderizados com seus “genderismos individuais” são eles mesmos, por sua vez, um elemento constitutivo dos “genderismos institucionalizados”.

3. Ordem e ordens de gênero e o quadro social geral

Perante o contexto dos processos atuais nas relações de gênero caracterizados por um paradoxo fundamental entre de mudança e persistência, assim como de continuidades e rupturas (vide também WETTERER, 2003, p. 288), mostra-se também que, sem a consideração do contexto social geral, esses processos não podem mais ser explicados e muito menos criticamente avaliados no que concerne sua relevância de longo prazo. Para a pesquisa de gênero, torna-se então, em minha opinião, cada vez mais urgente a tarefa de dar seguimento ao entendimento já conhecido, postulando que as relações de gênero podem ser capturadas realmente apenas na sua inserção sistemática no contexto social

geral – e que, por outro lado, o contexto social geral somente pode ser analisado sob consideração sistemática das relações de gênero. Em poucas palavras: a combinação de pesquisa de gênero e teoria social é caracterizada por um passo cada vez mais necessário na direção da pesquisa de gênero. Goffman oferece algumas indicações úteis para os primeiros passos. Embora o nível individual seja prioritário na sua análise, ele também mostra como interações individuais no seio das estruturas e instituições sociais (por exemplo, a segregação em função do gênero do mercado de trabalho, a pequena família burguesa) assim como sua representação simbólica (p.ex. a crença na naturalidade da diferença de gênero ou a compreensão moderna do corpo sexual biológico) surgem e se reproduzem diariamente. Goffman parte então de uma relação constitutiva entre os níveis individual, estrutural e simbólico dos processos sociais, e com isto também entre as respectivas ordem de gênero e ordem social. Até agora, no entanto, isto tem permitido fornecer apenas uma pequena ideia sobre o ‘espaço’ que está se abrindo atualmente para a pesquisa de gênero³.

Referências bibliográficas

BECKER-SCHMIDT, Regina. Frauenforschung: Eine Einführung. In: HERZOG, Walter; VIOLI, Enrico (orgs.). Beschreiblich weiblich. Zurique, 1991. p. 121-134.

_____. Frauenforschung, Geschlechterforschung, Geschlechterverhältnissforschung. In: BECKER-SCHMIDT, Regina; KNAPP, Gudrun-Axelis (orgs.). Feministische Theorien zur Einführung. Hamburgo, 2000. p. 14-62.

BUTLER, Judith. Das Unbehagen der Geschlechter. Frankfurt/M., 1991. p. 1991.

³ Atualmente, estamos elaborando na Suíça a linha de pesquisa internacional e interdisciplinar “Gender in Motion. Change and Persistence in an Age of global social transformations”, dentro da qual empreendemos a tentativa de uma conexão desse tipo.

BILDEN, Helga. Geschlechtsspezifische Sozialisation. In: HURRELMANN, Klaus; ULICH, Dieter (orgs.). Handbuch der Sozialisierungsforschung. 4. ed. totalmente revisada. Weinheim/Basel, 1991. p. 279-301.

CONNELL, Robert W. Der gemachte Mann. Konstruktion und Krise der Männlichkeit. Opladen, 1991.

GOFFMANN, Erving. Das Arrangement der Geschlechter. In: GOFFMANN, Erving. Interaktion und Geschlecht. Frankfurt/M., 1994 [1977]. p. 105-158.

HAGEMANN-WHITE, Carol. Sozialisation: Weiblich – männlich? Opladen, 1984.

HEINTZ, Bettina; NADAI, Eva; FISCHER, Regula; UMMEL, Hannes. Ungleich unter Gleichen. Frankfurt/M., 1997.

HIRSCHAUER, Stefan. Die soziale Konstruktion der Transsexualität. Frankfurt/M., 1993.

KNAPP, Gudrun-Axeli. Arbeitsteilung und Sozialisation: Konstellationen von Arbeitsvermögen und Arbeitskraft im Lebenszusammenhang von Frauen. In: BEER, Ursula (org.). Klasse Geschlecht. Bielefeld, 1987. p. 267-308.

KÖNIG, Tomke; MAIHOFER, Andrea. 'Es hat sich so ergeben' - praktische Normen familialer Arbeitsteilung. In: Familiendynamik, ano 29, v. 3, p. 209-232.

KOSÍK, Karel. Dialektik des Konkreten. Eine Studie zur Problematik des Menschen und der Welt. Frankfurt/M., 1970.

LORBER, Judith. Gender Paradoxien. Opladen, 1999.

MAIHOFER, Andrea. Geschlecht als Existenzweise. Macht, Moral, Recht und Geschlechterdifferenz. Frankfurt/M., 1995.

_____. Geschlecht und Sozialisation. In: Erwägen, Wissen, Ethik, ano 13, v. 1, p. 13-74.

_____. Von der Frauen- zur Geschlechterforschung – modischer Trend oder bedeutsamer Perspektivenwechsel? In: DÖGE, Peter; KASSNER, Karsten; SCHAMBACH, Gabriele (orgs.). Schaustelle Gender – Aktuelle Beiträge sozialwissenschaftlicher Geschlechterforschung. Bielefeld, 2004. p. 11-28.

TEUBNER, Ulrike; WETTERER, Angelika. Soziale Konstruktion transparent gemacht. Eine Einleitung. In: LORBER, Judith. Gender-Paradoxien. Opladen, 1999. p. 9-29.

WEST, Candace; ZIMMERMANN, Don H. Doing gender. In: LORBER, Judith; FARRELL (orgs.). The social construction of gender. Newbury Park, 1991. p. 13-37.

WETTERER, Angelika. Professionalisierung und Geschlechterhierarchie. Vom kollektiven Frauenausschluss zur Integration mit beschränkten Möglichkeiten. IAG Frauenforschung, Wissenschaft ist Frauensache. Kassel, 1993. vol.3.

_____. Rhetorische Modernisierung. Das Verschwinden der Ungleichheit aus dem zeitgenössischen Differenzwissen. In: KNAPP, Gudrun-Axel; WETTERER, Angelika (orgs.). Achsen der Differenz. Gesellschaftstheorie und feministische Kritik II. Münster, 2003. p. 286-319.